

**FLÁVIO MARTINS**

# **DIREITOS SOCIAIS**

**EM TEMPOS DE CRISE  
ECONÔMICA**

---

2020

**saraiva**  *jur*



Av. Paulista, 901, 3º andar  
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

**SAC** | [sac.sets@somoseducacao.com.br](mailto:sac.sets@somoseducacao.com.br)

Martins, Flávio

Direitos sociais em tempos de crise econômica / Flávio  
Martins – São Paulo : Saraiva Educação, 2020.  
496 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-536-1864-4 (impresso)

1. Direitos humanos. I. Título.

20-0294

CDD 340

Índice para catálogo sistemático:

1. Direitos humanos

323.09

**Direção executiva** Flávia Alves Bravin  
**Direção editorial** Renata Pascual Müller  
**Gerência editorial** Roberto Navarro  
**Gerência de produção e planejamento** Ana Paula Santos Matos  
**Gerência de projetos e serviços editoriais** Fernando Penteado

**Consultoria acadêmica** Murilo Angeli Dias dos Santos

**Planejamento** Clarissa Boraschi Maria (coord.)

**Novos projetos** Melissa Rodriguez Arnal da Silva Leite

**Edição** Eveline Gonçalves Denardi (coord.)  
Deborah Caetano de Freitas Viadana

**Produção editorial** Fernanda Matajs (coord.)  
Rosana Peroni Fazolari

**Arte e digital** Mônica Landi (coord.)  
Amanda Mota Loyola  
Camilla Felix Cianelli Chaves  
Claudirene de Moura Santos Silva  
Deborah Mattos  
Guilherme H. M. Salvador  
Tiago Dela Rosa

**Projetos e serviços editoriais** Breno Lopes de Souza  
Josiane de Araujo Rodrigues  
Kelli Priscila Pinto  
Laura Paraiso Buldrini Filogônio  
Marília Cordeiro  
Mônica Gonçalves Dias

**Projeto gráfico,**  
**diagramação e revisão** Know-How Editorial  
**Capa** Deborah Mattos

**Produção gráfica** Marli Rampim  
Sergio Luiz Pereira Lopes

**Impressão e acabamento** Gráfica Paym

**Data de fechamento da edição: 28-2-2020**

Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606320 CAE 723661

117455

# SUMÁRIO

<b>Apresentação.....</b>	<b>13</b>
<b>I OS DIREITOS SOCIAIS .....</b>	<b>19</b>
1.1. O surgimento do constitucionalismo social .....	19
1.2. Uma nova geração de direitos .....	27
1.3. Uma questão de nomenclatura.....	33
1.4. Normas internacionais acerca dos direitos sociais.....	35
1.4.1. A proteção do direito internacional geral.....	35
1.4.1.1. Declaração Universal dos Direitos Humanos e Carta das Nações Unidas.....	35
1.4.1.2. Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) .....	40
1.4.1.3. O Protocolo Facultativo de 2008 e a busca por eficácia das normas internacionais .....	58
1.4.2. A proteção do direito internacional regional .....	61
1.4.2.1. A proteção do direito internacional regional (Europa).....	66
1.4.2.2. A proteção do direito internacional regional (América).....	70
1.4.2.3. Decisões interamericanas sobre direitos sociais....	87
1.5. Proteção constitucional dos direitos sociais .....	93
1.5.1. Proteção constitucional dos direitos sociais no Brasil.....	127
1.6. A natureza jurídica dos direitos sociais .....	132
1.6.1. Teorias negativas.....	132
1.6.2. Direitos sociais como direitos fundamentais .....	136
1.6.2.1. Direitos sociais como direitos públicos subjetivos	143
1.7. Históricas distinções entre os direitos individuais e sociais.....	148
1.7.1. Direitos sociais como direitos positivos (direitos de prestação) .....	149

1.7.2. Maior onerosidade dos direitos sociais .....	152
1.7.3. Titularidade setorial dos direitos sociais.....	154
1.7.4. Indeterminabilidade do conteúdo constitucional dos direitos sociais.....	155
1.8. Regime jurídico-constitucional dos direitos sociais.....	167

## **II OS LIMITES DA EXIGÊNCIA IMEDIATA DOS DIREITOS SOCIAIS: A RESERVA DO POSSÍVEL (*DER VORBEHALT DES MÖGLICHEN*) E O MÍNIMO EXISTENCIAL (*THE MINIMAL CORE OBLIGATION*, *EXISTENZMINIMUMS*) .....**

2.1. A reserva do possível: antecedentes históricos .....	175
2.2. Natureza da reserva do possível.....	180
2.3. A reserva do possível na doutrina e na jurisprudência .....	191
2.4. Mínimo existencial: antecedentes teóricos e jurisprudenciais...	220
2.5. Mínimo existencial e mínimo vital .....	251
2.6. Núcleo essencial dos direitos fundamentais .....	255
2.7. Fundamentos teóricos de um mínimo existencial dos direitos sociais: a proposta de John Rawls.....	269
2.8. Críticas à teoria do mínimo existencial .....	283
2.9. Mínimo existencial como pressuposto da cidadania e da democracia.....	288
2.10. Mínimo existencial como corolário da dignidade da pessoa humana.....	294
2.11. Nossa posição acerca do mínimo existencial.....	321
2.11.1. A educação pública de qualidade como mínimo dos mínimos existenciais.....	338

## **III OS LIMITES DO RETROCESSO SOCIAL EM TEMPOS DE CRISE.....**

3.1. Proibição do retrocesso: prolegômenos.....	365
3.2. A proibição do retrocesso na Constituição de 1988 .....	376
3.2.1. A irretroatividade lesiva a direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada .....	376

3.2.2. A irredutibilidade normativa dos direitos fundamentais (as cláusulas pétreas).....	381
3.3. A proibição do retrocesso: um princípio constitucional?.....	393
3.4. A proibição do retrocesso como princípio político e os seus limites em tempos de crise econômica .....	399
3.4.1. A proibição do retrocesso como princípio decorrente da progressividade dos direitos sociais .....	411
3.4.2. Os limites do retrocesso.....	416
3.4.2.1. A razoabilidade e a proporcionalidade da restrição	425
3.4.2.2. A intangibilidade do mínimo existencial ou do núcleo essencial dos direitos fundamentais.....	436
3.4.2.3. O respeito ao princípio da confiança.....	440
<b>Conclusão.....</b>	<b>455</b>
<b>Referências.....</b>	<b>467</b>